

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO
ESTADO DA BAHIA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. ("Desenbahia" ou "Agência"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A., em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Contingências - notificações judiciais

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 20 às demonstrações contábeis, onde a Administração divulga informações relativas aos seguintes assuntos: (i) notificação judicial do Processo de nº 0102944-11.2018.8.06.0001, decorrente de uma ação de cobrança da vara cível da comarca de Fortaleza-CE no montante de R\$ 51.043; e (ii) notificação judicial do Processo de nº 0110544-77.1999.8.05.0001, ajuizado em 09 de dezembro de 1999, conforme sentença emitida pela justiça, e intimação de cobrança no valor de R\$ 66.198, encaminhada em 09 de março de 2018 para Agência. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Agência é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Agência é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Agência continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Agência ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Agência são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Agência a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 17 de fevereiro de 2020.

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2019	2018 (reapresentado)
Circulante		570.812	510.316
Disponibilidades	(4)	9.081	234
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(5)	272.755	290.146
Aplicações no mercado aberto		272.755	290.146
Títulos e valores mobiliários	(6)	89.166	75.826
Carteira própria		91.895	78.612
Provisão para desvalorização		(2.729)	(2.786)
Operações de crédito	(7)	190.485	130.808
Operações de crédito		198.410	141.724
Setor público		37.936	32.462
Setor privado		160.474	109.262
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(7.925)	(10.916)
Outros créditos	(8)	9.235	12.795
Rendas a receber		2.900	2.347
Diversos		6.335	10.476
Provisão para outros créditos		-	(28)
Outros valores e bens	(9)	90	507
Material em estoque		70	73
Despesas antecipadas		20	434
Realizável a longo prazo		596.311	663.686
Títulos e valores mobiliários	(6)	75.326	84.181
Carteira própria		75.326	84.181
Operações de crédito	(7)	471.089	529.968
Operações de crédito		490.749	568.689
Setor público		159.380	150.724
Setor privado		331.369	417.965
(Provisão para crédito de liquidação duvidosa)		(19.660)	(38.721)
Outros créditos	(8)	11.932	10.872
Rendas a receber		40	40
Diversos		13.271	11.639
Provisão para outros créditos		(1.379)	(807)
Outros valores e bens	(9)	37.964	38.665
Investimentos temporários		2.251	2.251
Provisão para perdas		(2.251)	(2.251)
Bens não de uso		38.037	38.738
Provisão para desvalorização		(73)	(73)
Permanente	(10)	42.543	42.610
Investimentos		100	100
Outros investimentos		597	597
Provisão para perda		(497)	(497)
Imobilizado		36.885	37.607
Imóveis de uso		40.261	40.261
Outras imobilizações de uso		8.455	7.869
Depreciação acumulada		(11.831)	(10.523)
Intangível		5.559	4.903
Gastos com organização e expansão		8.440	7.298
Amortização acumulada do intangível		(2.881)	(2.395)
Total do ativo		1.209.666	1.216.612

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	2019	2018 (reapresentado)
Circulante		304.398	147.121
Obrigações por repasses do país - Instituições oficiais	(11)	232.963	77.700
BNDES		136.765	38.531
FINAME		37.976	28.161
FINEP		2.713	2.692
Outras instituições oficiais		55.509	8.316
Outras obrigações	(12)	71.435	69.421
Arrecadação de tributos		-	22
Sociais e estatutárias		56.378	55.049
Fiscais e previdenciárias		2.142	2.473
Diversas		12.915	11.877
Exigível a longo prazo		328.567	504.992
Obrigações por repasses do país - Instituições oficiais	(11)	316.600	491.531
BNDES		187.583	284.950
FINAME		75.613	99.988
FINEP		7.460	10.142
Outras instituições oficiais		45.944	96.451
Outras obrigações	(12)	11.967	13.461
Sociais e estatutárias		865	66
Fiscais e previdenciárias		-	-
Diversas		11.102	13.395
Patrimônio líquido	(13)	576.701	564.499
Capital	(13a)	511.261	511.261
Reservas de lucros	(13b)	65.440	53.238
Total do passivo e patrimônio líquido		1.209.666	1.216.612

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Demonstrações do resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2º semestre de 2019	2019	2018 (reapresentado)
Receitas da intermediação financeira	(14)	49.128	101.824	135.888
Operações de crédito		36.776	75.773	109.088
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		12.352	26.051	26.800
Despesas da intermediação financeira	(14)	(18.867)	(46.437)	(83.095)
Operações de empréstimos e repasses		(18.910)	(40.015)	(49.625)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		43	(6.422)	(33.470)
Resultado bruto da intermediação financeira		30.261	55.387	52.793
Outras receitas/(despesas) operacionais		(24.313)	(48.075)	(45.042)
Receita de prestação de serviços	(15)	12.164	25.437	29.472
Despesa de pessoal	(16)	(25.180)	(49.214)	(47.952)
Outras despesas administrativas	(16)	(7.627)	(14.207)	(13.290)
Despesas tributárias	(16)	(2.887)	(8.201)	(6.587)
Outras receitas operacionais	(15)	4.679	8.707	18.072
Outras despesas operacionais	(16)	(5.462)	(10.597)	(24.757)
Resultado operacional		5.948	7.312	7.751
Resultado não operacional	(17)	(62)	11.684	389
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		5.886	18.996	8.140
Imposto de Renda e Contribuição Social	(18)	-	-	(201)
Participações estatutárias		(1.401)	(2.993)	(1.165)
Lucro líquido		4.485	16.003	6.774
Lucro líquido por ação		0,00000004	0,00000014	0,00000006

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DESENBANHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Reservas de lucros					Lucros líquidos/(prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Aumento de capital	Legal	Estatutária	Especial de lucro		
Saldos em 1º de julho de 2019		511.261	-	24.432	28.806	-	-	564.499
Incorporação JCP excedido ao resultado 1º semestre		-	-	-	(1.682)	-	-	(1.682)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	4.485	4.485
Destinações:								
Reservas		-	-	224	6.249	7.411	(12.985)	899
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	8.500	8.500
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>511.261</u>	<u>-</u>	<u>24.656</u>	<u>33.373</u>	<u>7.411</u>	<u>-</u>	<u>576.701</u>
Mutações no 2º semestre de 2019		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>224</u>	<u>4.567</u>	<u>7.411</u>	<u>-</u>	<u>12.202</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2019		<u>511.261</u>	<u>-</u>	<u>23.856</u>	<u>29.382</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>564.499</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	16.003	16.003
Destinações:								
Reservas	(13b)	-	-	800	3.991	7.411	(11.303)	899
Juros Sobre o Capital Próprio	(13c)	-	-	-	-	-	(4.700)	(4.700)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>511.261</u>	<u>-</u>	<u>24.656</u>	<u>33.373</u>	<u>7.411</u>	<u>-</u>	<u>576.701</u>
Mutações no exercício - 2019		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>800</u>	<u>3.991</u>	<u>7.411</u>	<u>-</u>	<u>12.202</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2018		<u>468.976</u>	<u>42.285</u>	<u>23.517</u>	<u>38.547</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>573.325</u>
Aumento de capital		42.285	(42.285)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	6.774	6.774
Destinações:								
Reservas		-	-	339	(9.165)	-	8.826	-
Juros Sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	(15.600)	(15.600)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>511.261</u>	<u>-</u>	<u>23.856</u>	<u>29.382</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>564.499</u>
Mutações no exercício - 2018		<u>42.285</u>	<u>(42.285)</u>	<u>339</u>	<u>(9.165)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.826)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2º semestre de 2019	2019	2018 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	5.886	18.996	8.140
Ajustes ao lucro líquido			
Constituição da provisão para desvalorização de títulos livres	(36)	(43)	236
Constituição da provisão para operação de crédito	(43)	6.422	32.663
Constituição da provisão para outros créditos	-	544	807
Atualização monetária e perdas com depósitos judiciais	(120)	(261)	526
Depreciação e amortização	918	1.794	1.518
Baixas imobilizado com perdas	-	-	24
Constituição da provisão para perdas em processos judiciais	(1.798)	(1.884)	(10.152)
Constituição da provisão não operacional	572	572	-
Lucro líquido ajustado antes dos impostos	5.379	26.140	33.762
Variações patrimoniais			
Títulos e valores mobiliários	(1.461)	(17.675)	(44.771)
Operações de crédito	(26.062)	(6.122)	6.765
Outros créditos	11.836	547	22.010
Outros valores e bens	195	1.118	(6.382)
Obrigações por empréstimos e repasses	(1.891)	(19.668)	(16.664)
Outras obrigações	(3.473)	(2.629)	(896)
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	(15.477)	(18.289)	(6.176)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	(491)	(585)	(1.154)
Aquisição de intangível	(467)	(1.142)	(3.955)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(958)	(1.727)	(5.109)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos/Juros sobre capital próprio pagos	-	(1.761)	(1.898)
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento	-	(1.761)	(1.898)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(16.435)	(21.777)	(13.183)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	298.271	303.613	316.796
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	281.836	281.836	303.613
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(16.435)	(21.777)	(13.183)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. (“Desenbahia” ou “Agência”), sociedade anônima de capital fechado e de economia mista, constituída em 5 de dezembro de 1966, está localizada à Rua Ivonne Silveira, nº 213, Bairro do Doron, Salvador, Bahia, Brasil, cujo controle acionário pertence ao Estado da Bahia, tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como a realização de quaisquer outras operações ou atividades inerentes a uma agência de fomento.

Opera e administra o Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - Fundese, o Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP e o Fundo de Desenvolvimento Urbano - Fundurbano, este último, cujas atividades operacionais findaram em abril de 2018, em relação ao vencimento das operações de crédito contratadas, restam valores de bloqueios judiciais, que montam R\$ 309 ocorridos em conta bancária do Fundurbano em decorrência de processos envolvendo a Desenbahia. Em virtude do Fundurbano não possuir personalidade jurídica própria, sua conta bancária está em nome do seu administrador.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, foram adotados, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN, quais sejam:

- Resolução nº 3.566/08- Redução ao valor recuperável de ativos (CPC 01 - R1);
- Resolução nº 3.604/08- Demonstração do fluxo de caixa (CPC 03 - R3);
- Resolução nº 3.823/09- Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11- Evento subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 4.007/11- Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23- R1);
- Resolução nº 4.144/12- Pronunciamento conceitual básico (CPC 00 - R1);
- Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados (CPC 33 - R1);
- Resolução nº 4.534/16- Ativo intangível e ativo diferido (CPC 04 - R1);
- Resolução nº 4.535/16- Ativo imobilizado de uso (CPC 27);
- Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre partes relacionadas(CPC 05 - R1).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

As Resoluções nº 3.989/11 (CPC 10 - R1) - Pagamento baseado em ações e nº 4.524/16 (CPC 02 - R2) - Reconhecimento dos efeitos das variações cambiais e operações de hedge de variação cambial, não foram adotadas uma vez que as disposições nelas contidas não se aplicam às transações realizadas pela Desenbahia.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Agência. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuradas a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Colegiada em 17 de fevereiro de 2020.

3. Principais políticas contábeis

a) Reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As “Aplicações interfinanceiras de liquidez”, que compõem o caixa e equivalentes de caixa, são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. As operações compromissadas são registradas pelo seu valor justo.

d) Títulos e valores mobiliários

Os “Títulos e valores mobiliários” são registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sendo os fundos de investimento registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

e) Operações de Crédito e obrigações por repasses

As “Operações de crédito” e “Obrigações por repasses” encontram-se demonstradas pelos valores de realização ou de exigibilidade, estando registradas pelo valor do principal, incorporando os rendimentos e encargos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações. As operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, tem seus rendimentos apropriados e reconhecidos somente se efetivamente recebidos.

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” encontra-se constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, Resolução nº 2.682/99, do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso, classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, 5 anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão, e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer reclassificação da operação para categoria de menor risco.

g) Outros créditos

São demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.

h) Outros Valores e Bens

Compostos por "Bens Não Destinados a Uso (BNDU)", correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem e "Despesas antecipadas", correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios ocorrerão em exercícios futuros.

i) Permanente

No permanente, os investimentos, o imobilizado e o intangível são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos das respectivas depreciações. As depreciações das edificações são calculadas pela vida útil estimada, enquanto que as depreciações dos demais itens do imobilizado de uso, devido a sua baixa materialidade e grande pulverização, são calculadas pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas fiscais anuais: 20% para sistema de transportes, processamento de dados e comunicação, e 10% para os demais itens.

Gastos subsequentes são ativados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Desenhahia.

Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O intangível é composto pelos gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais, deduzido das amortizações calculadas pela respectiva vida útil estimada.

Todo o ativo permanente tem seus valores recuperáveis testados, no mínimo, anualmente, ou quando há indicação de perda de valor.

j) Redução ao valor recuperável de ativos

É reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável de ativos se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Perdas pela redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

k) Obrigações

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidas das correspondentes despesas, quando aplicável.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente. Os ativos contingentes, cuja entrada de benefícios econômicos é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões para perdas em processos judiciais: São constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos contingentes: passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações legais: Decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

m) Tributação

As provisões para os tributos sobre o lucro e o faturamento são constituídas às alíquotas a seguir discriminadas e consideraram as bases de cálculo previstas nos dispositivos legais vigentes para cada tributo:

	(%)
Imposto de Renda - IRPJ (15% mais adicionais de 10%)	25
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	15
PIS/PASEP	0,65
COFINS	4
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	5

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.

Conforme a legislação tributária, a Agência optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa por suspensão e redução, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Com o advento da Instrução Normativa nº 1.591, de 5 de novembro de 2015, a alíquota da contribuição social aplicável sobre o lucro real foi alterada de 15% para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, retornando ao patamar de 15% a partir de 2019.

n) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Agência tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável, dessa forma as provisões para férias e 13º salário estão integralmente reconhecidas por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Os benefícios pós-emprego concedidos pela Agência correspondem à complementação de auxílio saúde por um prazo pré-estabelecido, fruto de Planos de Demissão Voluntária.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

o) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa, apresentada pelo método indireto, inclui as disponibilidades de caixa, as aplicações interfinanceiras de liquidez, as compromissadas com vencimento de até 90 dias, e as cotas de fundos de investimento com característica de equivalentes de caixa, registradas ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

p) Instrumentos financeiros derivativos

A Agência não opera com instrumentos financeiros derivativos.

q) Reapresentação de saldos comparativos

Em setembro de 2018, a Agência efetuou a renegociação de uma operação de crédito. Para implementação das novas condições pactuadas foi necessário replantar o contrato no sistema, o que foi efetuado com um saldo acima do devido, incorrendo no reconhecimento de um ativo e de uma receita a maior. Em janeiro de 2019, este fato foi identificado, corrigindo-se o saldo do ativo mediante ajuste no montante de R\$ 1.098. O ajuste na receita, com efeito líquido de tributos e participações resultou num montante líquido de R\$ 644. Para tanto, reapresentamos os seguintes saldos patrimoniais e de resultado:

	Original	Ajustes	Reapresentado
Circulante	510.960	(644)	510.316
Operações de crédito	131.906	(1.098)	130.808
Operações de crédito Setor privado	142.822 110.360	(1.098) (1.098)	141.724 109.262
Outros créditos	12.341	454	12.795
Diversos	10.022	454	10.476
Total do ativo	1.217.256	(644)	1.216.612
Patrimônio líquido	565.143	(644)	564.499
Reserva Legal	23.888	(32)	23.856
Reserva Estatutária	29.994	(612)	29.382
Total do passivo	1.217.256	(644)	1.216.612
Receitas da intermediação financeira	136.986	(1.098)	135.888
Operações de crédito	110.186	(1.098)	109.088
Resultado bruto da intermediação financeira	53.891	(1.098)	52.793
Outras receitas/(despesas) operacionais	(45.093)	51	(45.042)
Despesas tributárias	(6.638)	51	(6.587)
Resultado operacional	8.798	(1.047)	7.751
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	9.187	(1.047)	8.140
Imposto de Renda e Contribuição Social	(493)	292	(201)
Participações estatutárias	(1.276)	111	(1.165)
Lucro líquido	7.418	(644)	6.774

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Para apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, as rubricas disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com cotas de fundos foram aglutinadas como caixa e equivalentes de caixa, cuja composição está apresentada da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa		
Depósitos Bancários	9.081	234
Equivalentes de Caixa		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota Explicativa nº 5)	272.755	290.146
Cotas de Fundos de investimento BNB (Nota Explicativa nº 6)	-	13.233
Total	<u>281.836</u>	<u>303.613</u>

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são operações compromissadas, junto ao Banco do Brasil. Esse montante corresponde a 26 (29 em 31 de dezembro 2018) títulos lastreados em Letras Financeiras do Tesouro (LFT). Estas operações de compra de títulos possuem o compromisso de revenda, lastreadas com títulos próprios do vendedor e possuem liquidez diária.

6. Títulos e valores mobiliários

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Renda fixa - LFT (1)	89.205	84.181
Fundo Referenciado (exclusivo) (2)	-	75.922
Fundo Soberano (3)	75.326	-
Fundos de empresas emergentes (4)	2.689	2.689
	<u>167.221</u>	<u>162.793</u>
Provisão para desvalorização de títulos - LFT (1)	(40)	(97)
Provisão para desvalorização de títulos - Outros (4)	(2.689)	(2.689)
Total	<u>164.492</u>	<u>160.007</u>
Circulante	89.166	75.826
Não circulante	75.326	84.181

(1) Montante registrado em Letras Financeiras do Tesouro, correspondente a 8 (8 em 31 de dezembro de 2018) títulos, emitidos em 05 de março de 2018, com vencimento em 1º de setembro de 2020. Os referidos títulos têm rentabilidade diária vinculada à taxa de juros básica da economia (Selic). Esse montante possui uma provisão para desvalorização;

(2) O montante refere-se a fundos de investimento em renda fixa aplicados no Banco do Nordeste. O fundo exclusivo é composto por títulos públicos federais, com baixo risco conforme Resolução CMN nº 3.757 (inciso 5, art. 3º). Em dezembro de 2019 a Agência liquidou o fundo exclusivo, reaplicando seu montante em um fundo aberto com as mesmas características;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

- (3) Montante corresponde a fundo de investimento aberto em renda fixa no Banco do Nordeste. O fundo aberto é composto por títulos públicos federais, com baixo risco conforme Resolução CMN nº 3.757 (inciso 5, art. 3º). Por questão contratual, a Agência deve manter aplicado no BNB recursos no montante equivalente ao saldo da carteira de repasse de recursos do FNE, excetuando-se os montantes das operações passivas oriundas do Baneb. A composição de ativos deste fundo é:

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Faixa de vencimento - 2019						Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses à 1 ano	De 1 à 2 anos	De 2 à 3 anos	Acima de 3 anos	
BNB							
Disponibilidades	5	-	-	-	-	-	5
Títulos públicos	-	-	-	-	-	261.916	261.916
Operações compromissadas	-	-	-	-	-	22.920	22.920
Obrigações	(40)	-	-	-	-	-	(40)
Total	(35)	-	-	-	-	284.836	284.801
	Faixa de vencimento - 2018						
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses à 1 ano	De 1 à 2 anos	De 2 à 3 anos	Acima de 3 anos	Total
BNB							
Disponibilidades	4	-	-	-	-	-	4
Títulos públicos	-	13.240	-	4.654	-	28.781	46.675
Operações compromissadas	-	-	-	-	-	29.255	29.255
Obrigações	(10)	-	-	-	-	-	(10)
Total	(7)	13.240	-	4.654	-	58.036	75.922

- (4) O montante refere-se a aplicação em Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes administrado pelo Fundo Rio Bravo, com provisão para desvalorização.

Movimentação das provisões por desvalorização de títulos

	2019	2018
Saldos iniciais das provisões em 1º de janeiro	(2.786)	(2.550)
(+) Incremento no exercício	(28)	(302)
(-) Reversões no exercício	71	66
(-) Reclassificação de cotas negativas - fundo emergente	14	-
(=) Saldos finais das provisões em 31 de dezembro	(2.729)	(2.786)

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

7. Operações de crédito

Carteira por atividade econômica

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Operações de crédito - Setor privado		
Empréstimos - P. Físicas/BNDES-PMC	16.448	18.071
Empréstimos - Indústria	9.512	9.369
Empréstimos - Comércio	12.979	14.041
Empréstimos - Outros Serviços	11.196	11.056
Financiamentos - Indústria	63.812	73.571
Financiamentos - Comércio	15.798	18.350
Financiamentos - Outros Serviços	102.389	122.752
Financiamentos Rurais	238.054	236.611
Financiamentos Agroindustriais	1.596	1.629
Financiamentos de Infraestrutura	<u>20.058</u>	<u>21.778</u>
	491.843	527.227
Operações de crédito - Setor público		
Financiamentos - Governo municipal	<u>197.316</u>	<u>183.186</u>
Total da carteira de crédito	<u><u>689.159</u></u>	<u><u>710.413</u></u>

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Classificação por nível de risco

	Provisionamento (%)	2019		2018	
		Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Carteira própria					
AA	0,00	197.889	-	184.692	-
A	0,50	138.515	(693)	142.550	(713)
B	1,00	208.744	(2.087)	194.859	(1.960)
C	3,00	88.079	(2.642)	116.795	(3.504)
D	10,00	23.717	(2.372)	12.663	(1.266)
E	30,00	599	(179)	8.125	(2.437)
F	50,00	1.324	(662)	605	(303)
G	70,00	1.212	(849)	860	(602)
H	100,00	14.067	(13.951)	34.389	(34.389)
Total carteira própria		674.146	(23.435)	695.538	(45.174)
Carteira adquirida do BANEBA/FNE e BANEBA/FINAME					
A	0,50	-	-	53	-
B	1,00	10.037	(100)	-	-
C	3,00	-	-	9.592	(288)
D	10,00	-	-	60	(6)
E	30,00	1.015	(305)	973	(292)
F	50,00	664	(332)	639	(319)
H	100,00	3.297	(3.413)	3.558	(3.558)
Total carteira BANEBA		15.013	(4.150)	14.875	(4.463)
Total geral		689.159	(27.585)	710.413	(49.637)
Circulante		198.410	(7.925)	141.724	(10.916)
Não circulante		490.749	(19.660)	568.689	(38.721)

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Carteira por níveis de risco e faixa de vencimento

	Operações Vincendas	Operações Vencidas - 2019					Acima de 90 dias	Total	%
		0 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias				
AA	197.889	-	-	-	-	-	197.889	28,71%	
A	138.357	158	-	-	-	-	138.515	20,10%	
B	216.112	38	2.204	427	-	-	218.781	31,75%	
C	87.686	41	145	191	16	-	88.079	12,78%	
D	23.259	15	103	73	81	186	23.717	3,44%	
E	1.531	9	21	17	19	17	1.614	0,23%	
F	1.899	8	14	19	16	32	1.988	0,29%	
G	1.103	7	10	17	14	61	1.212	0,18%	
H	16.103	50	86	114	96	915	17.364	2,52%	
Total	683.939	326	2.583	858	242	1.211	689.159	100,00%	

	Operações Vincendas	Operações Vencidas - 2018					Acima de 90 dias	Total	%
		0 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias				
AA	184.692	-	-	-	-	-	184.692	25,96%	
A	142.276	222	25	24	23	32	142.602	20,04%	
B	194.362	114	311	37	21	15	194.860	27,54%	
C	125.311	59	397	356	8	256	126.387	17,76%	
D	12.455	29	50	96	59	35	12.724	1,79%	
E	8.353	80	22	100	99	444	9.098	1,28%	
F	1.074	12	22	32	31	72	1.243	0,17%	
G	681	10	16	25	29	99	860	0,12%	
H	32.690	58	247	447	436	4.069	37.947	5,33%	
Total	701.894	584	1.090	1.117	706	5.022	710.413	100,00%	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Concentração da carteira de operações de crédito

	2019		
	Saldo	Carteira (%)	Provisões
10 maiores devedores	218.813	31,75	1.655
50 seguintes devedores	273.138	39,63	6.168
100 seguintes maiores devedores	117.634	17,07	10.027
Demais devedores	79.574	11,55	9.735
Total	<u>689.159</u>	<u>100,00</u>	<u>27.585</u>

	2018		
	Saldo	Carteira (%)	Provisões
10 maiores devedores	218.483	30,75	1.626
50 seguintes devedores	283.600	39,92	22.224
100 seguintes maiores devedores	125.710	17,70	15.165
Demais devedores	82.620	11,63	10.622
Total	<u>710.413</u>	<u>100,00</u>	<u>49.637</u>

Recuperação de Créditos

	2019	2018
Créditos renegociados (a)	24.486	30.618
Créditos recuperados	2.823	21.480

(a) Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique em alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas. O resultado do exercício foi impactado pela renegociação das operações de dois mutuários específicos que representaram 92% do montante apresentado.

Movimentação das provisões para créditos duvidosos das operações de crédito

	2019	2018
Saldos iniciais das provisões para operações de crédito em 1º de janeiro	(49.637)	(45.346)
(+) Incremento no exercício	(38.610)	(114.645)
(-) Reversões no exercício	32.188	81.981
(-) Baixas para Prejuízo	28.474	28.373
(=) Saldo final das provisões para operações de crédito em 31 de dezembro	<u>(27.585)</u>	<u>(49.637)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

8. Outros créditos

	2019	2018
Rendas a receber (1)	2.939	2.387
Adiantamentos e antecipações salariais	790	799
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	15	26
Devedores por depósitos em garantia	8.647	7.133
Impostos a compensar (2)	1.468	473
Pagamentos a ressarcir	948	960
Titulos e créditos a receber(3)	-	4.743
Devedores diversos - país (4)	7.739	7.981
Provisão p/ outros créditos (5)	(1.379)	(835)
Total	<u>21.167</u>	<u>23.667</u>
Circulante	9.235	12.795
Não circulante	11.932	10.872

- (1) O montante refere-se às taxas de administração e de equalização do FUNDESE (R\$2.296 | R\$ 2.309 em 31 de dezembro de 2018), do FGDP (R\$ 29 | R\$ 38 em 31 de dezembro de 2018), e de valores de aluguel do espaço da cantina, condomínio e manutenções a serem ressarcidos por órgãos que ocupam parte do espaço físico da antiga sede (R\$ 614 | R\$ 40 em 31 de dezembro de 2018);
- (2) Valores referentes a IR e CSLL antecipados em 2018 devido ao registro de receita a maior e estimativas recolhidas em 2019;
- (3) Saldo relativo a alienação do imóvel que abrigava a antiga sede da Agência. Em 14 de outubro de 2015 foi assinado o contrato de promessa de compra e venda, junto ao Governo do Estado da Bahia, pelo valor de R\$ 37.500, a ser quitado em 37 parcelas consecutivas, atualizadas monetariamente desde a assinatura do contrato, com fluxo de pagamentos que se iniciaram em abril de 2016 e cuja última parcela foi quitada em maio de 2019;
- (4) Composição de Devedores diversos:
- (i) Rebate nas taxas de juros das operações repactuadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, e que são ressarcidas pelo STN - Tesouro Nacional (R\$ 2.994 | R\$ 3.308 em 31 de dezembro de 2018);
 - (ii) Valores a serem ressarcidos pelo Banco do Nordeste dos descontos concedidos aos mutuários das operações Cacau/Vassoura de Bruxa (BNB/FNE/BANEB), optantes pelo PAC do Cacau, conforme previsto nas Leis nº 11.775/08 e 12.249/10 (R\$ 187 | R\$ 187 em 31 de dezembro de 2018);
 - (iii) Valores a serem ressarcidos em função de concessão de rebate para liquidação de operações de crédito rural, relativo a empreendimentos localizados na área de abrangência da Sudene, com ônus do FNE, conforme previsto na Lei nº 12.844/2013 (R\$ 3.260 | R\$ 3.145 em 31 de dezembro de 2018);
 - (iv) Valores a serem ressarcidos pelo BNDES em função do Programa Especial de Saneamento Agrícola - PESA (R\$ 407 | R\$ 407 em 31 de dezembro de 2018);
 - (v) O montante restante (R\$ 891 | R\$ 934 em 31 de dezembro de 2018) está pulverizado em pequenos ressarcimentos e em pendências a regularizar.
- (5) Provisionamentos de valores a receber sem expectativa de realização junto à inquilino de bem não de uso próprio, às Secretarias de Turismo, Administração e Infraestrutura do Estado da Bahia, à Prefeitura de Salvador, ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e à compradores de fazendas recebidas em dação de pagamento e alienadas (ITR).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

9. Outros valores e bens

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Investimentos temporários	2.251	2.251
Provisão para perdas em investimentos temp.	(2.251)	(2.251)
Bens não de uso próprio - BNDU (1)	38.037	38.738
Provisão para desvalorização - BNDU	(73)	(73)
Material em estoque	70	73
Despesas antecipadas	20	434
Total	<u>38.054</u>	<u>39.172</u>
Circulante	90	507
Não circulante	37.964	38.665

(1) Composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Terrenos	16.128	16.128
Imóveis	21.884	22.585
Obras de arte	25	25
	<u>38.037</u>	<u>38.738</u>

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

10. Ativo permanente

	2019			2018				
	Valor de Aquisição	Deprec./ Amortiz.	Provisão	Valor Contábil	Valor de Aquisição	Deprec./ Amortiz.	Provisão	Valor Contábil
Investimentos								
Outros investimentos	597	-	(497)	100	597	-	(497)	100
	<u>597</u>	<u>-</u>	<u>(497)</u>	<u>100</u>	<u>597</u>	<u>-</u>	<u>(497)</u>	<u>100</u>
Imobilizado de Uso								
Imóveis de uso	40.261	(6.000)	-	34.261	40.261	(5.332)	-	34.929
Instalações	1.423	(780)	-	643	1.417	(638)	-	779
Móveis e equipamentos de uso	2.599	(2.120)	-	479	2.571	(2.006)	-	565
Sistema de comunicação	338	(255)	-	83	292	(233)	-	59
Sistema de processamento de dados	4.089	(2.673)	-	1.416	3.585	(2.311)	-	1.274
Sistema de segurança	5	(3)	-	2	4	(3)	-	1
	<u>48.715</u>	<u>(11.831)</u>	<u>-</u>	<u>36.884</u>	<u>48.130</u>	<u>(10.523)</u>	<u>-</u>	<u>37.607</u>
Intangível								
Outros ativos intangíveis	8.440	(2.881)	-	5.559	7.298	(2.395)	-	4.903
	<u>8.440</u>	<u>(2.881)</u>	<u>-</u>	<u>5.559</u>	<u>7.298</u>	<u>(2.395)</u>	<u>-</u>	<u>4.903</u>
Total	<u>57.752</u>	<u>(14.712)</u>	<u>(497)</u>	<u>42.543</u>	<u>56.025</u>	<u>(12.918)</u>	<u>(497)</u>	<u>42.610</u>

Movimentação

	Investimentos	Imobilizado de uso	Intangível	Total
Saldos iniciais do permanente em 1º janeiro de 2018	100	37.680	1.263	39.043
(+) Aquisições	-	1.154	3.954	5.109
(-) Baixas	-	(3)	(21)	(24)
(-) Depreciação / Amortização	-	(1.224)	(294)	(1.518)
(=) Saldos finais do permanente em 31 de dezembro de 2018	100	37.607	4.903	42.610
(+) Aquisições	-	585	1.142	1.727
(-) Depreciação / Amortização	-	(1.308)	(486)	(1.794)
(=) Saldos finais do permanente em 31 de dezembro de 2019	100	36.884	5.559	42.543

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Obrigações por repasses no país - Instituições oficiais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
BNDES	324.348	323.481
FINAME	113.589	128.149
FINEP	10.172	12.835
FUNCAFE	52	41
Banco do Nordeste - BNB	101.401	104.725
Total	<u>549.563</u>	<u>569.231</u>
Circulante	232.963	77.700
Não circulante	316.600	491.531

DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os recursos do BNDES são das seguintes linhas:

	Indexador	Taxa de Juros	2019	2018
BNDES - Pronaf	Pré-fixadas	0,00% a.a	717	1.062
BNDES - Programa de microcrédito	TJLP	TJLP + 1,10% a.a	5.211	12.120
BNDES - URTJLP	TJLP	TJLP + 1,10% a 4,71% a.a	100.080	91.469
BNDES - Securitização	IGPM	4,86% a 7,12% a.a	146.806	141.235
BNDES - Programa de sustentação do investimento	Pré-fixadas	1,50% a.a.	11.745	14.436
BNDES - Prorenova	TJLP	TJLP + 0,90% a.a	1.310	1.744
BNDES - Automático	Pré-fixadas / Selic	1,20% a 5,20% a.a / 1,56% a		
	Acumulada	2,36% a.a.	22.821	18.327
BNDES - Progeren	SELIC ACUM / TJLP / Pré-fixadas TLP	SELIC ACUM + 0,76% a 1,88% a.a / TJLP + 1,50% a 2,7% a.a / 4,09% a 4,55% a.a	19.693	30.044
BNDES - Agrícola	Pré-fixadas	3,20 a 7,30% a.a.	15.965	13.044
Total			<u>324.348</u>	<u>323.481</u>

Os recursos do FINAME são das seguintes linhas:

	Indexador	Taxa de Juros	2019	2018
FINAME - Agrícola	Pré-fixadas / URTJLP / SELIC Acumulada	3,75% a.a / 1,6% a 2,00% a.a. / 1,57% a 1,62% a.a.	5.081	6.720
FINAME - Programa de sustentação do investimento	Pré-fixadas	0,00% a 8% a.a	42.552	59.227
FINAME - Securitização	IGPM	4,00% a 6,48% a.a	11.315	10.885
FINAME - BK Aquisição	SELIC Acumulada	1,57% a 1,78% a.a	3.029	-
FINAME - Moderfrota 2	Pré-fixadas	1,00% a 6,40% a.a	37.167	33.835
FINAME - MPME (Micro, pequenas e médias empresas)	TJLP / Pré-fixadas TLP	TJLP + 1,6% a 2,1% a.a / 4,55% a.a.	14.445	17.482
Total			<u>113.589</u>	<u>128.149</u>

Os recursos do BNB são das seguintes linhas:

	Indexador	Taxa de Juros	2019	2018
BNB/FNE/Crédito rural (exceto lavoura cacauera)	Pré-fixadas	3,50% a 10,00 %a.a	6.700	7.183
BNB/FNE/Securitização	IGPM	8,00% a.a	1.087	1.045
BNB/FNE/Lavoura cacauera (a)	Pré-fixadas	5,00% a 9,00% a.a	47.195	43.912
BNB/FNE/Turismo, indústria, comércio e serviços	Pré-fixadas	2,94% a 12,95% a.a	26.361	30.808
BNB/FNE/Infraestrutura	Pré-fixadas	10,00% a.a	20.058	21.778
Total			<u>101.401</u>	<u>104.726</u>

(a) A linha BNB/FNE/Lavoura cacauera não tem mais liberação de recursos e está sendo toda renegociada através das leis relativas ao PAC do Cacau.

DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os recursos do FINEP são das seguintes linhas:

	Indexador	Taxa de Juros	2019	2018
FINEP	URJT01 FINEP	TJLP FINEP + 0% a 1,0% a.a	10.172	12.834
Total			10.172	12.834

Os recursos do FUNCAFÉ são das seguintes linhas:

	Indexador	Taxa de Juros	2019	2018
FUNCAFÉ	Pré-fixadas	4,0% a.a.	52	41
Total			52	41

Segregação por faixa de vencimento:

	2019				Total
	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	
BNDDES	10.859	125.906	139.125	48.458	324.348
FINAME	6.783	31.194	67.882	7.730	113.589
FINEP	689	2.023	7.461	-	10.173
FUNCAFÉ	1.973	53.484	25.230	20.714	101.401
BNB	-	52	-	-	52
Total	20.304	212.659	239.698	76.902	549.563

	2018				Total
	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	
BNDDES	10.070	28.461	239.563	45.387	323.481
FINAME	6.505	21.656	89.796	10.192	128.149
FINEP	672	2.020	9.975	167	12.834
FUNCAFÉ	16	13	12	-	41
BNB	2.194	6.093	72.581	23.858	104.726
Total	19.457	58.243	411.927	79.604	569.231

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

12. Outras obrigações

	2019	2018
Arrecadação de tributos	-	22
IOF a Recolher	-	22
Sociais e estatutárias	57.243	55.115
Dividendos e bonificações a pagar	55.803	53.789
Provisão para participação nos lucros	1.440	1.326
Fiscais e previdenciárias	2.142	2.473
Impostos e contribuições s/ lucro a pagar	-	64
Impostos e contribuições a recolher	2.142	2.409
Diversas	24.017	25.272
Dotação para aumento de capital	4.905	4.905
Obrigações por aquisição de bens e direitos	2.481	2.648
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	5.547	5.148
Provisão para passivos contingentes (2)	6.695	8.579
Credores diversos (3)	4.389	3.992
Total	83.402	82.882
Circulante	71.435	69.421
Não circulante	11.967	13.461

(1) Do montante, a importância de R\$ 5.306 (R\$ 5.106 em 31 de dezembro de 2018) refere-se ao provisionamento das obrigações com férias e encargos, e R\$ 241 (R\$ 42 em 31 de dezembro de 2018) de provisão das despesas administrativas estimadas a serem pagas no mês subsequente;

(2) Valores decorridos na Nota Explicativa nº 20;

(3) Deste montante:

(i) O valor de R\$ 2.943 (R\$ 2.943 em 31 de dezembro de 2018) representa saldo de receita a ser reconhecida quando realizados os ressarcimentos pelo FNE referentes à Lei 12.844/2013;

(ii) O valor de R\$ 439 (R\$ 167 em 31 de dezembro de 2018) corresponde a contas a pagar das despesas administrativas;

(iii) O valor de R\$ 1.007 (R\$ 882 em 31 de dezembro de 2018) está pulverizado em pequenos valores a pagar e pendências a regularizar. pagamentos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

13. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é constituído por ações nominativas sem valor nominal após homologação pelo Banco Central do Brasil - BACEN, assim distribuídas:

	2019		
	Milhares de ações (qtde)	Capital social	%
Ações ordinárias	40.821.800	178.976	35
Ações preferenciais com direito a voto	19.991.629	87.650	17
Ações preferenciais sem direito a voto	55.797.782	244.635	48
	<u>116.611.211</u>	<u>511.261</u>	<u>100</u>

	2018		
	Milhares de ações (qtde)	Capital social	%
Ações ordinárias	40.821.800	178.976	35
Ações preferenciais com direito a voto	19.991.629	87.650	17
Ações preferenciais sem direito a voto	55.797.782	244.635	48
	<u>116.611.211</u>	<u>511.261</u>	<u>100</u>

O acionista majoritário, o Estado da Bahia, detém 99,99% das ações ordinárias e 99,94% das ações preferenciais.

b) Reserva de lucros

Conforme disposto na Lei nº 6.404/76 e no estatuto, quando aplicável, é constituída reserva legal de 5% sobre o lucro líquido.

Ainda conforme normas citadas acima, é constituída reserva estatutária, para futuro aumento de capital, do lucro líquido deduzida da reserva legal e do montante destinado ao pagamento ou crédito de dividendos e de juros sobre capital próprio.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social da Agência confere o direito aos acionistas ao dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com as regras nele definidas. A legislação pertinente e o estatuto social facultam que os juros sobre o capital próprio sejam imputados aos dividendos.

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

A Desenhahia calculou os juros sobre o capital próprio com base nas normas definidas pela legislação fiscal vigente, obedecendo ao seu limite, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Capital Social	511.262	511.262
Reservas de Lucros	53.882	62.064
Total	565.143	573.325
Base de Cálculo do JCP	565.143	573.325
Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP proporcional	6,2025%	6,723%
Limite do JCP no exercício	35.053	38.545

A Desenhahia contabilizou durante o exercício o valor de R\$ 4.700 (R\$ 15.600 em 2018) a título de JCP.

	2019	2018
Dividendo mínimo obrigatório	3.801	1.609
JCP constituído	4.700	15.600
Remuneração excedida ao mínimo obrigatório	899	13.991

A Agência efetuou em junho de 2019, o pagamento de parte do JCP imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, do exercício de 2018, ao seu acionista majoritário no valor de R\$ 1.761 (R\$ 1.898 em junho de 2018), ficando o saldo remanescente do JCP a ser reinvestido na Agência. A parte dos acionistas minoritários encontra-se à disposição dos mesmos.

Por remunerar seus acionistas mediante juros sobre capital próprio, a Desenhahia obteve uma economia fiscal de R\$ 1.297 (R\$ 5.173 em 2018).

14. Resultado bruto da intermediação financeira

	2º sem/2019	2019	2018
Receitas da intermediação financeira			
Operações de crédito	35.770	72.950	87.608
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.006	2.823	21.480
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	7.862	16.751	17.457
Rendas com TVM e instrumentos financeiros derivativos	4.454	9.257	9.579
Receita com reversão de provisões operacionais - desvalorização títulos	44	71	66
Despesas de provisões operacionais - desvalorização títulos	(8)	(28)	(302)
Total	49.128	101.824	135.888
Despesas da intermediação financeira			
Empréstimos e repasses - BNDES	(12.030)	(25.982)	(34.395)
Empréstimos e repasses - FINAME	(2.722)	(5.635)	(6.214)
Empréstimos e repasses - FINEP	(191)	(456)	(621)
Empréstimos e repasses - Outras Instituições oficiais	(3.966)	(7.941)	(8.395)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.428)	(7.894)	(35.792)
Provisão para outros créditos	-	-	(807)
Reversão provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.471	1.471	3.129
Total	(18.867)	(46.437)	(83.095)
Resultado bruto da intermediação financeira	30.261	55.387	52.793

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

15. Outras receitas operacionais

	2º sem/2019	2019	2018
Receitas de prestação de serviços			
Taxa de análise	809	1.435	1.027
Taxa de fiscalização de obras financiadas	13	15	4
Tarifa de vistoria prévia	34	34	-
Tarifa substituição/exclusão de garantias	4	38	14
Tarifa de alteração de relatório de engenharia	38	59	57
Taxa com administração de fundos - Fundese	11.026	23.375	27.834
Taxa com administração de fundos - FGBP	235	471	538
Taxa com administração de fundos - Fundurbano	-	-	3
Taxa com administração de PPP	5	9	9
Total	<u>12.164</u>	<u>25.437</u>	<u>29.472</u>
Outras receitas operacionais			
Recuperação de encargos e despesas	685	888	432
Reversão de provisões operacionais - outras (1)	2.617	5.153	14.846
Outras rendas operacionais (2)	1.378	2.666	2.794
Total	<u>4.679</u>	<u>8.707</u>	<u>18.072</u>

(1) Reversão de de uma contingência cível no valor de R\$ 13.846, em 2018, mediante reconhecimento de perda das despesas (vide Nota Explicativa nº 16).

(2) Composição:

	2º sem/2019	2019	2018
Rendas de equalização - PMC (a)	823	1.568	1.470
Rendas de equalização - PROTAXI (a)	5	10	19
Atualização monetária depósitos judiciais	120	261	293
Bônus recebidos	368	739	705
Outros	62	89	307
Total	<u>1.378</u>	<u>2.666</u>	<u>2.794</u>

(a) Refere-se a equalização de custos financeiros regulamentada no Decreto nº 7.798 de 5 de maio de 2000, e alterações posteriores, pelas Resoluções do Conselho Deliberativo do Fundese nº, 139/2007 e 187/2012 e, estão relacionadas ao crédito concedido no Programa de Microcrédito - PMC do BNDES e na linha de crédito PRÔTAXI. O objetivo da equalização é a absorção da diferença dos custos financeiros entre os financiamentos.

16. Outras despesas operacionais

	2º sem/2019	2019	2018
Despesas de pessoal			
Honorários	(1.128)	(2.192)	(1.725)
Benefícios	(2.666)	(5.492)	(5.523)
Encargos sociais	(6.121)	(11.947)	(11.357)
Proventos	(14.967)	(29.122)	(28.528)
Treinamento	(92)	(141)	(160)
Estagiários	(207)	(321)	(659)
Total	<u>(25.180)</u>	<u>(49.214)</u>	<u>(47.952)</u>

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2º sem/2019</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Outras despesas administrativas			
Água, energia e gás	(727)	(1.621)	(1.767)
Aluguéis	(172)	(365)	(361)
Comunicações	(98)	(253)	(245)
Manutenção e conservação de bens	(493)	(879)	(934)
Material	(40)	(75)	(176)
Processamento de dados	(669)	(1.169)	(471)
Promoções e relações públicas	(96)	(210)	(125)
Propaganda e publicidade	(497)	(627)	(532)
Publicações	(88)	(180)	(362)
Seguros	(17)	(96)	(172)
Serviços sistema financeiro	(288)	(577)	(758)
Serviços de terceiros	(789)	(1.616)	(1.459)
Serviços de segurança e vigilância	(641)	(1.262)	(1.107)
Serviços técnicos especializados	(1.185)	(1.725)	(1.222)
Transporte	(90)	(168)	(152)
Viagem no país	(157)	(352)	(426)
Outras despesas administrativas	(663)	(1.238)	(1.503)
Despesas de amortização	(249)	(486)	(294)
Despesas de depreciação	(669)	(1.308)	(1.224)
Total	<u>(7.627)</u>	<u>(14.207)</u>	<u>(13.290)</u>
	<u>2º sem/2019</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas tributárias			
ISS	(608)	(1.272)	(1.474)
COFINS	(1.750)	(3.998)	(3.906)
PIS	(285)	(650)	(635)
Outras despesas tributárias	(244)	(2.282)	(572)
Total	<u>(2.887)</u>	<u>(8.201)</u>	<u>(6.587)</u>
	<u>2º sem/2019</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Outras despesas operacionais			
Despesas de provisões passivas	(810)	(3.225)	(4.662)
Despesa descontos concedidos em renegociações	(1.267)	(3.316)	(2.488)
Outras Provisões Operacionais	-	(4)	(29)
Outras despesas operacionais (1)	(3.385)	(4.053)	(17.578)
Total	<u>(5.462)</u>	<u>(10.597)</u>	<u>(24.757)</u>

- (1) Em julho de 2018 a Agência incorreu em uma perda de contingência no montante de R\$ 13.699. este montante estava devidamente reconhecido no passivo, sendo esta provisão revertida (vide Nota Explicativa nº 15).

17. Resultado não operacional

	<u>2º sem/2019</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas não operacionais (1)	511	12.285	506
Despesas não operacionais (2)	(573)	(602)	(117)
Total	<u>(62)</u>	<u>11.684</u>	<u>389</u>

- (1) Destaca-se neste montante o ganho na alienação de bem recebido em dação em pagamento no valor de R\$ 11.559 em 2019;
- (2) No segundo semestre de 2019 ocorreu o provisionamento de alugueis de bens não de uso a receber no montante de R\$ 572, em função do histórico de não recebimento e falta de expectativa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

18. Tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 ocorreram as seguintes apurações:

	2º sem.	Apuração anual do IRPJ	
	2019	2019	2018
I - Lucro contábil antes dos impostos e participações	4.485	16.003	8.049
II - Adições	4.829	19.993	55.542
III - Exclusões	(3.773)	(37.312)	(62.519)
IV - Lucro/Prejuízo Real (I + II - III)	5.541	(1.316)	1.072
V - Compensação prejuízo fiscal	(1.662)	-	(321)
VI - Lucro/Prejuízo Fiscal (IV - V)	3.879	-	751
VII - IRPJ (VI * 15%)	582	-	211
VIII - Adicional Federal IRPJ ((nº meses * R\$ 20 mil)*10%)	376	-	117
IX - Incentivos Fiscais - PAT	(23)	-	(9)
X - Incentivos Fiscais - Prorrogação licença maternidade	(37)	-	(108)
XI- Incentivos Fiscais - Programa Vale Cultura Lei 12.761/Dec 8.084	-	-	-
XII- IRPJ (VII + VIII - IX + X + XI)	898	-	51

	2º sem.	Apuração anual da CSLL	
	2019	2019	2018
I - Lucro contábil antes dos impostos e participações	4.485	16.003	8.049
II - Adições	4.829	19.993	55.542
III - Exclusões	(3.773)	(37.312)	(62.519)
IV - Base de Cálculo/Negativa da CSLL (I + II - III)	5.541	(1.316)	1.072
V - Compensação de Base Negativa da CSLL	(1.662)	-	(321)
VI - Base de Cálculo/Negativa da CSLL (IV - V)	3.879	-	751
VII- CSLL (VI * 15%)	582	-	150
Total tributos sobre o lucro	1.480	-	201

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Além do saldo demonstrado acima, a Desenhahia possui os seguintes montantes de eventos temporários, prejuízo fiscal e base negativa da CSLL:

	2019			
	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Provisão para devedores duvidosos	151.248	7.894	(26.519)	132.622
Provisão para desvalorização de TVM	97	-	(57)	40
Provisão para desvalorização de cotas de fundos	2.689	28	(14)	2.704
Provisão para contingências fiscais	1.870	947	(2.608)	209
Provisão para contingências trabalhistas	4.314	1.558	(2.495)	3.377
Provisão para contingências cíveis	2.396	720	(7)	3.109
Provisão para desvalorização de bens	73	-	-	73
Provisão para perdas em incentivos fiscais	497	-	-	497
Provisão para perdas em participações societárias	2.251	-	-	2.251
Provisão valores a receber alienação imóvel sede anterior	28	4	(32)	(0)
Provisão para Outros Créditos	807	572	-	1.379
Recuperação crédito baixado para prejuízo tributação pelo efeito caixa	(40.503)	-	-	(40.503)
Rendas de operações de crédito a apropriar	79.992	1248	-	81.240
Depreciação/amortização diferidas	(989)	(860)	-	(1.849)
Ganho na alienação de imobilizado	(3.089)	-	3089	0
Total diferenças temporárias	201.681	12.110	(28.643)	185.149
Prejuízo fiscal	201.886	1.316	-	203.182
Base negativa da CSLL	200.984	1.316	-	202.300
Total créditos Tributários	604.531	14.743	(28.643)	590.631

	2018			
	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Provisão para devedores duvidosos	145.384	35.792	(29.928)	151.248
Provisão para desvalorização de TVM	7	138	(48)	97
Provisão para desvalorização de cotas de fundos	2.543	216	(71)	2.689
Provisão para contingências fiscais	1.757	113	-	1.870
Provisão para contingências trabalhistas	4.723	550	(959)	4.314
Provisão para contingências cíveis	12.251	4.000	(13.855)	2.396
Provisão para desvalorização de bens	73	-	-	73
Provisão para perdas em incentivos fiscais	497	-	-	497
Provisão para perdas em participações societárias	2.251	-	-	2.251
Provisão valores a receber alienação imóvel sede anterior	11	28	(11)	28
Provisão para Outros Créditos	-	807	-	807
Recuperação crédito baixado para prejuízo tributação pelo efeito caixa	(40.503)	-	-	(40.503)
Rendas de operações de crédito a apropriar	78.214	1.778	-	79.992
Depreciação/amortização diferidas	-	(989)	-	(989)
Ganho na alienação de imobilizado	(12.354)	-	9.265	(3.089)
Total diferenças temporárias	194.854	42.434	(35.607)	201.681
Prejuízo fiscal	202.187	-	(321)	201.886
Base negativa da CSLL	201.305	-	(321)	200.984
Total créditos Tributários	603.160	42.434	(36.249)	604.531

Os créditos tributários e os impostos diferidos sobre esses eventos temporários não foram reconhecidos contabilmente nas demonstrações contábeis da Desenhahia uma vez que não foram estabelecidas projeções de resultados futuros conforme os requisitos em vigor, estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002, e que demonstrem a realização futura destes.

19. Partes relacionadas

A Desenbahia possui as seguintes partes relacionadas:

- Governo do Estado da Bahia: Acionista majoritário;
- Diretoria Colegiada, Conselho de Administração e Conselho Fiscal: Pessoal-chave da Administração;
- FUNDESE: A Agência é a gestora do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - Fundese, sendo que seus recursos são aplicados em empréstimos à pessoas jurídicas e físicas, segundo critérios estabelecidos nas Leis Estaduais nºs 6.445, de 7 de dezembro de 1992 e 7.599, de 7 de fevereiro de 2000, não cabendo ônus algum no caso de eventual inadimplência. Os recursos desse fundo em 31 de dezembro de 2019 montam R\$ 656.919 (R\$ 862.425 em 2018), e estão devidamente registrados em conta específica de compensação;
- FUNDURBANO: A Agência é a gestora do Fundo de Desenvolvimento Urbano - Fundurbano, que se encontra em liquidação. A Lei nº 8.829, de 9 de outubro de 2003, que autoriza o Poder Executivo a promover a liquidação e extinção do Fundurbano, determina no seu art. 1º que os recursos provenientes do retorno das aplicações do Fundo, sob a forma de amortização do principal, atualização monetária, juros, multas, comissões e resgates de aplicações no mercado financeiro serão destinados à realização de aporte de capital na Desenbahia. Os recursos desse fundo em 31 de dezembro de 2019 montam R\$ 314 (R\$ 314 em 2018), e estão devidamente registrados em conta específica de compensação. No exercício não foi aportado valores na Desenbahia para futuro aumento de capital (R\$ 1.576 em 2018). As operações de crédito do fundo foram liquidadas em maio de 2018, restando apenas a regularização de valores bloqueados judicialmente para que o fundo seja liquidado na íntegra;
- FGBP: A Agência é gestora do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP, que tem por finalidade precípua prestar garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração direta ou indireta do Estado da Bahia, em virtude das parcerias público-privadas celebradas nos termos da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, desde que previstas em projeto previamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas. Este fundo tem natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e está sujeito a direitos e obrigações próprias. Os recursos desse fundo em 31 de dezembro de 2019 montam R\$ 409.301 (R\$ 389.694 em 2018).

DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os saldos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, bem como as transações que a Desenbahia manteve com essas partes relacionadas nos exercícios correspondentes estão a seguir demonstradas:

	2019		
	Saldos a Receber (Pagar) - Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas) incorridas no 2º semestre	Receitas (Despesas) incorridas no período
Taxa de administração - Fundese	1.520	11.026	23.375
Ganho na venda de BNDU - Estado da Bahia	-	-	11.559
Rendas de equalização - Fundese	776	829	1.577
Taxa de administração - FGBP	29	235	471
Ressarcimento despesas - Secretaria de Turismo	40	-	-
Ressarcimento despesas - Secretaria de Administração	162	-	-
JCP - Estado da Bahia e acionistas minoritários	(56.703)	8.500	(4.700)
Remuneração diretoria colegiada	(83)	(876)	(1.954)
Remuneração conselho de administração	-	(189)	(369)
Remuneração conselho fiscal	-	(90)	(131)
Total	(54.259)	19.435	29.828

	2018		
	Saldos a Receber (Pagar) - Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas) incorridas no 2º semestre	Receitas (Despesas) incorridas no período
Taxa de administração - Fundese	2.075	13.515	27.834
Rendas de equalização - Fundese	234	540	1.489
Taxa de administração - Fundurbano	-	-	3
Taxa de administração - FGBP	38	232	538
Ressarcimento despesas - Secretaria de Turismo	40	-	-
Ressarcimento despesas - Secretaria de Administração	162	-	-
JCP - Estado da Bahia e acionistas minoritários	(53.789)	(6.000)	(15.600)
Remuneração diretoria colegiada	(41)	(895)	(1.660)
Remuneração conselho de administração	-	(164)	(363)
Remuneração conselho fiscal	-	(59)	(184)
Total	(51.281)	7.169	12.057

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

20. Provisão para perdas em processos judiciais

Movimentação das provisões

	Trabalhistas (1)	Fiscais (2)	Cíveis (3)	Total
Saldos iniciais das provisões contingenciais em 1º de janeiro de 2018	4.723	1.757	12.252	18.732
(+) Constituição provisão	-		3.445	3.445
(+) Atualização monetária	550	113	554	1.217
(-) Reversões	(960)	-	(13.855)	(14.815)
(=)Saldos finais das provisões contingenciais em 31 de dezembro de 2018	4.313	1.870	2.396	8.579
(+) Constituição provisão	1.160	884	1.987	4.031
(+) Atualização monetária	398	63	174	635
(-) Reversões	(2.494)	(2.608)	(1.448)	(6.550)
(=)Saldos finais das provisões contingenciais em 31 de dezembro de 2019	3.377	209	3.109	6.695

- (1) A provisão para risco de perdas trabalhistas tem como origem 10 (20 em 31 de dezembro de 2018) processos acionados, em sua grande parte, por ex-empregados de empresas terceirizadas ou sindicatos da categoria e também, só que em menor número, por ex-funcionários da Agência. As provisões para perdas prováveis representam vários pedidos reclamados tais como indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função, dentre outros, na sua maioria como subsidiário;
- (2) A provisão para risco de perdas fiscais tem como origem 2 (3 em 31 de dezembro de 2018) autos de infração da Receita Federal do Brasil questionando o não recolhimento de contribuição previdenciária (INSS) de empresas terceirizadas e o regime de não cumulatividade para apuração do PIS e da COFINS incidentes sobre o faturamento; em junho de 2019 a RFB publicou a decisão proferida pelo CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais com provimento parcial ao recurso voluntário apresentado pela Agência. Com os recálculos efetuados pela RFB, do montante impugnado foi extinto R\$ 8.310, e R\$ 1.873 foi ratificado como devido. Após atualização realizou-se a quitação em julho de 2019 e dessa forma o valor provisionado em junho de 2019 deixou de ser uma contingência, configurando-se como obrigação legal;
- (3) A provisão para risco de perdas cíveis tem como origem 61 (50 em 31 de dezembro de 2018) processos, com destaque para as queixas em trâmite perante os juizados, pleiteando indenizações por danos morais e as ações revisionais questionando a aplicação das taxas de juros nos instrumentos firmados com esses clientes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Em janeiro de 2018, a Agência recebeu uma notificação de ação de cobrança nº 0102944-11.2018.8.06.0001 da vara cível da comarca de Fortaleza-CE no montante de R\$ 51.043. A Administração da Agência não espera incorrer em perdas excedentes ao que reconhece como obrigação presente de R\$ 47.195, referente às operações de repasse junto ao Banco do Nordeste (BNB). Ver nota explicativa nº 12.

Em março de 2018, a Construtora Limoeiro ingressou com pedido de cumprimento de sentença referente ao Processo Judicial nº 0110544-77.1999.8.05.0001, postulando que a Desembahia pagasse o valor de R\$ 66.198, do processo ora referido.

Em julho de 2018 a Agência incorreu em uma perda com os honorários sucumbenciais, com provisionamento anterior ao citado cumprimento de sentença. A Administração, respaldada pelo seu departamento jurídico, não espera incorrer em perdas junto à outra parte.

A Desembahia é parte, também, em processos cujo prognóstico de perda é possível e estão assim segregados: 13 processos trabalhistas no valor estimado de perda de R\$ 353; 9 autos de infração do valor estimado de perda de R\$ 595; e 29 processos cíveis no valor estimado de perda de R\$ 46.096. Em alguns processos, a Desembahia efetuou desembolsos como garantia, os quais estão depositados em juízo, atualizados de acordo com a Lei.

DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Demonstramos a seguir o comportamento desses valores no exercício, que se encontram registrados na rubrica "Outros créditos" (nota explicativa nº 8):

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Saldos iniciais dos depósitos judiciais em 1º de janeiro de 2018	3.155	4.637	429	8.221
(+) Depósitos efetuados	440	-	510	950
(+) Atualização monetária	74	199	20	293
(-) Depósitos levantados	(1.953)	(147)	(231)	(2.331)
(=) Saldos finais dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2018	1.716	4.689	728	7.133
(+) Depósitos efetuados	1.055	-	3.738	4.793
(+) Atualização monetária	65	169	27	261
(-) Depósitos levantados	(941)	-	(2.599)	(3.540)
(=) Saldos finais dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019	1.895	4.858	1.894	8.647

21. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

São compostos notadamente pelas despesas de pessoal. Detalhes sobre estas despesas de benefícios a empregados, encontram-se na nota explicativa nº 16.

b) Planos de contribuição definida

A Desenhahia é participante de um plano de previdência complementar na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), constituído com a finalidade de garantir reservas financeiras complementares à da previdência social oficial para seus colaboradores, como patrocinador de um plano aberto gerenciado pelo Bradesco Vida e Previdência, não incorrendo, desta forma, em nenhum risco para a Agência.

Esse Plano é constituído pela acumulação de recursos financeiros obtidos através de contribuições efetuadas pela Desenhahia e pelos participantes inscritos de acordo com parâmetros de elegibilidade estabelecida no regulamento básico do plano.

As contribuições da Desenhahia são limitadas a 12% do total da folha de pagamento de pessoal em cada ano e estão sendo integralizadas desde o mês de janeiro de 2000, obedecendo aos seguintes limites:

- De janeiro de 2000 até dezembro de 2004: até 12% da remuneração do participante;
- A partir de janeiro de 2005: até 10% da remuneração do participante.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as contribuições da Desenhahia para esse plano totalizaram o montante de R\$ 1.792 (R\$ 1.684 em 2018).

22. Seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a Agência possui apólice de seguro contra incêndio, raio, explosão e danos materiais em geral, para os bens do ativo imobilizado, num montante de R\$ 42.130 (R\$ 44.101 em 31 de dezembro de 2018), considerado suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas.

Com relação às operações de crédito, é política da Desenhahia solicitar aos mutuários que contratem cobertura de seguros para os bens que são oferecidos em garantia dessas operações.

23. Gerenciamento de riscos

A Desenhahia adota um modelo de gestão integrada dos riscos a que está exposta, tendo como referência a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central. Além do conjunto de normas publicadas por este Conselho, dão suporte à Gestão de Riscos as políticas internas que definem sua estrutura e os procedimentos adotados.

O Gerenciamento de Riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos a que a instituição está exposta. Considera-se como mais relevantes na gestão os riscos de crédito, concentração, de liquidez, operacional e de mercado, além da gestão de capital.

É mister ressaltar que, em 2017, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução CMN nº 4.557 que dispõe sobre a nova estrutura de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, de forma integrada, tendo a Desenhahia adaptado suas políticas, diretrizes e rotinas às novas solicitações da referida Resolução ainda no início de 2018.

Risco de crédito

A gestão do risco de crédito da Desenhahia visa avaliar, acompanhar e monitorar o risco global da carteira de empréstimos e a classificação de risco das operações de crédito, através da aplicação de metodologias compatíveis com as melhores práticas de mercado, utilizando modelos confiáveis de mensuração dos níveis de exposição a risco de crédito, bem como estabelecendo uma política de limites e alçadas em conformidade com as boas práticas da governança corporativa.

Os modelos adotados pela Agência acompanham as disposições contidas nas Resoluções CMN nº 4.557/17 e nº 2.682/99 e asseguram que o risco global da carteira de empréstimos seja monitorado, controlado, e acompanhado através dos cálculos da taxa de inadimplência, dos índices de provisão e de concentração por porte, grupo econômico, setor de atividade, rating e localização geográfica. Os resultados obtidos na análise de risco da carteira subsidiam a tomada de decisão no sentido de transferir ou direcionar recursos para os projetos que apresentem a melhor relação entre aderência e rentabilidade, com o objetivo de aperfeiçoar a carteira. Em 2019, o índice de inadimplência da carteira foi de 0,70%, patamar bastante inferior ao observado em dezembro de 2018, que foi de 4,14%.

As parcelas referentes às exposições ao risco de crédito, pelo fator de ponderação de risco a elas atribuído estão refletidas no valor das suas exposições pelo fator de risco - RWA_{CPAD} .

Risco operacional

O risco operacional está associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A metodologia adotada reflete o contínuo aprimoramento da gestão de riscos e controles internos da Agência e procura assegurar que:

- Os riscos inerentes às atividades sejam identificados, avaliados e controlados, bem como mantidos nos níveis e limites aceitáveis, definidos pela alta Administração;
- A estrutura de controles internos seja continuamente revisada, considerando os riscos existentes nos processos de negócio, minimizando os custos associados a riscos não controlados e/ou atividades de controle desnecessárias;
- As recomendações sejam devidamente implementadas com o objetivo de minimizar o risco operacional de os procedimentos estarem em não-conformidade com as leis e os regulamentos (internos e externos), especialmente nos casos em que haja exposição a multas e/ou sanções de órgãos reguladores;
- Os objetivos estratégicos da Agência sejam atendidos, bem como os critérios regulamentares vigentes.

A Desenbahia, em função de sua estrutura, tamanho e grau de exposição aos riscos, adota a abordagem do indicador básico para cálculo de alocação de capital referente a risco operacional - RWAOPAD.

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da probabilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. O gerenciamento do risco de mercado da Desenbahia tem por objetivo auxiliar a Agência na definição de estratégias de atuação para a otimização de resultados e apresentação das posições mantidas pela Agência, bem como no estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas.

A Desenbahia adota o modelo paramétrico para o cálculo do valor em risco - VaR, como metodologia utilizada para quantificação da exposição a risco de mercado.

O cálculo RBAN é exigido para exposições sujeitas ao risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (Carteira Banking), seguindo a orientação da Circular Bacen nº 3.365/07.

A perda máxima esperada em um dia, sob condições normais de mercado, por volatilidade nas taxas de juros, pré e pós-fixadas, no final de 2019 ficou em R\$ 413 mil, corresponde a 0,15% do patrimônio de referência descontando o destaque de capital da Agência abaixo do limite estabelecido pela Agência, de 5%.

O cálculo realizado é exigido para exposições sujeitas ao risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (Carteira Banking), seguindo a orientação da Circular Bacen nº 3.365/2007.

Como a Agência não dispõe de operações classificadas na carteira de negociação, não está submetida ao cálculo das parcelas RWAJUR, RWACOM, RWACAM e RWAACS.

Risco de liquidez

A Desenbahia dispõe de política de gerenciamento de liquidez adotada com base na Resolução CMN nº 4.557/17. O risco de liquidez da Agência decorre da possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A estratégia adotada pela Agência para o gerenciamento do risco de liquidez é composta dos seguintes pontos:

- Controle das disponibilidades e monitoramento das previsões de entradas e saídas de recursos, de modo a antecipar potenciais necessidades de caixa;
- Manutenção da Reserva de Liquidez, constituída de Reserva Obrigatória e Reserva Contingencial.

Risco socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) implantada na Desenbahia, em consonância com a Resolução CMN nº 4.327/14, determina o desenvolvimento de um Sistema de Gerenciamento de Risco Socioambiental (SARAS). Em 2018, a Desenbahia iniciou a operacionalização da matriz socioambiental que classifica o grau de risco socioambiental das operações de crédito, tendo verificado em 2019 que a grande maioria dos financiamentos é de baixo risco socioambiental.

O módulo para Gerenciamento do Risco Socioambiental (SARAS) atende à Resolução CMN nº 4.327/14 do BACEN e à Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), bem como a Resolução CMN nº 4.557/17.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Gerenciamento de capital

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Desembahia definiu sua política de gerenciamento de capital com o objetivo de monitorar e controlar o capital da Agência para mantê-lo compatível com as atividades desenvolvidas e com o perfil de riscos da Instituição, além de atender aos critérios regulamentares vigentes.

Para avaliação e monitoramento do capital foram adotadas como medidas o Patrimônio de Referência (PR) que corresponde ao capital à disposição da Agência e as parcelas dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), representado pelo montante de capital necessário à cobertura das suas necessidades para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer frente aos riscos incorridos seja em situações normais ou em condições extremas de mercado.

Dentro do contexto, é avaliada a adequação da estrutura de capital às necessidades da Agência e aos limites exigidos pelo BACEN, cujas apurações têm como base as Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e dos requerimentos mínimos de patrimônio e adicional de capital principal compatível com os riscos, representado pelo Ativo Ponderado pelo Risco (RWA), conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Parcela RWA OPAD	189.351	194.168
Parcela RWA CPAD	558.440	574.792
Ativos ponderados pelo risco - RWA (a)	747.791	768.961
Patrimônio de referência nível I - PR_I	571.055	560.240
Capital principal	571.055	560.240
Patrimônio de referência - PR	571.055	560.240
Excesso de recursos aplicados no permanente	-	-
Patrimônio de referência para limite de compatibilização (b)	571.055	560.240
Capital destacados para operações setor público (c)	300.000	300.000
PR para comparação com o RWA (d = b-c)	271.055	260.240
Parcela RBAN (e)	414	1.716
Patrimônio de referência mínimo exigido para o RWA (f = (a*8,625%) +e)	60.237	68.039
Margem / Insuficiência (g = d-f)	210.818	192.201
Índice de Basileia: PR/RWA	36,25%	33,84%

Conforme previsto no artigo 4º da Resolução CMN nº 4.193/13, o percentual de requerimento mínimo de PR para cobertura dos ativos ponderados pelo risco - RWA, está em faseamento para redução até 8%.

Os dados aqui apresentados espelha a posição do conglomerado prudencial nos termos da Resolução CMN nº 4.195/2013 e Circular BACEN nº 3.398.

24. Outros assuntos

a) Auditoria do Tribunal de Contas do Estado da Bahia

Em abril de 2017, foi expedida Resolução nº 028/2017 do TCE, que declarou a ilegalidade do Contrato de Concessão nº 002/2010, firmado para a construção e operação da Arena Fonte Nova, determinando, dentre outros pontos, que o Estado da Bahia e a Fonte Nova Participações apresentassem, de modo conjunto e no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação, estudo visando à reavaliação e readequação econômico-financeira do contrato de concessão, com nova definição da matriz de risco do contrato.

Foram interpostos recursos contra esta decisão no âmbito do Tribunal de Contas do Estado, requerendo a revisão de suas determinações. Até a conclusão dos julgamentos destes recursos, não se pode considerar definitiva a decisão do órgão de controle e nem tampouco ser exigida a apresentação do estudo mencionado na resolução, devendo o prazo de 120 dias ser contado a partir do trânsito em julgado da decisão administrativa.

Vale esclarecer que a Desenhahia atua como interveniente no referido contrato de PPP e sua participação ocorre apenas no mecanismo de pagamento da contraprestação pública, previsto na Lei Estadual nº 11.447/2009, cuja finalidade é assegurar às concessionárias signatárias de contratos de PPP o integral, pontual e fiel adimplemento das obrigações contraídas pelo Poder Concedente, o Estado da Bahia. Saliente-se que o gerenciamento e a movimentação dos recursos são feitos exclusivamente pelo Banco do Brasil, na qualidade de Agente de Pagamento. A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia informa mensalmente à Desenhahia o valor da contraprestação devida nos termos de cada contrato de PPP. A Desenhahia então repassa as informações ao Banco do Brasil, que por sua vez providencia o pagamento de cada concessionário.

Sendo assim, considerando a limitação da posição contratual da Desenhahia, as determinações constantes da Resolução nº 028/2017 do TCE não tem o condão de causar qualquer impacto no patrimônio desta Agência, não recaindo sobre ela quaisquer responsabilidades ou eventuais sanções, tanto que não há qualquer recomendação da Corte de Contas para a Desenhahia.